

SESSÕES DO PLENÁRIO

48ª Sessão Especial da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 24 de setembro de 2015.

PRESIDENTE: DEPUTADO MARCELO NILO

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus declaro aberta a presente sessão que tem como finalidade discutir os investimentos da Petrobras programados para a Bahia nos próximos anos e a paralisação das obras do estaleiro da Enseada do Paraguaçu, proposta pelo deputado Hildécio Meireles.

Convido para compor a mesa: meu querido amigo, deputado Hildécio Meireles, proponente desta sessão; o diretor das relações institucionais da Enseada Industrial Naval, Humberto Rangel, representante do presidente da Fieb, Ricardo Alban; o deputado Rosemberg Pinto; o deputado Eduardo Sales; a deputada Maria del Carmem; o deputado Bobô; o prefeito da cidade de Jaguaripe, Heráclito Arandas; o assessor Ricardo Marcelo Alves, representante da presidente da UPB, Maria Quitéria; a Srª Secretária de Relações Institucionais, Enéas Rangel, representante da prefeita de Maragojipe, Vera Lúcia; e o Sr. Gerente de Relações Institucionais da Enseada Industrial, Márcio Mendonça Cruz.

Antes de conceder a palavra ao proponente da sessão, deputado Hildécio Meireles, gostaria de pedir desculpas porque terei que me ausentar por ter assumido compromissos anteriormente, mas gostaria de deixar as boas vindas a todos que vêm participar desta sessão especial na Casa do povo.

Neste momento, vivemos uma situação muito difícil na área política, na área econômica, diria inclusive na área de credibilidade e na área moral. Mas estou convencido que sairemos dessa crise. Sairemos com muito trabalho e com muita determinação, sobretudo procurando conduzir o País para que possamos voltar ao rumo do crescimento. Independente de ser Governo ou Oposição, cada um tem um projeto e um norte, mas todos convergem para defender os reais interesses do nosso povo.

Portanto, vou passar a presidência dos trabalhos ao deputado Eduardo Salles e posteriormente o deputado Hildécio assumirá a presidência, e V.Ex^{as} debaterão com todos os presentes os problemas, principalmente do estaleiro que, segundo informações, 7 mil pessoas perderam emprego nesse momento tão difícil da vida

pública do nosso País.

Ontem, o dólar ultrapassou todas as barreiras. Mas, anteontem tivemos uma maior tranquilidade no Congresso Nacional com acordos políticos entre aqueles que defendem o Governo e aqueles que defendem a Oposição. Estou convencido de que cada um vai para um caminho diferente, mas todos convergem para defender os reais interesses do povo brasileiro.

O Sr. PRESIDENTE (Eduardo Salles):- Quero cumprimentar todos os presentes e, neste momento, ouviremos o Hino Nacional.

(Execução do Hino Nacional.)

O Sr. PRESIDENTE (Eduardo Salles):- Concedo a palavra ao proponente da sessão, deputado Hildécio Meireles.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Bom-dia, senhores e senhoras, quero, inicialmente, saudar o nobre deputado Eduardo Salles, que neste momento preside esta sessão especial; o Sr. Diretor de Relações Institucionais da Enseada Indústria Naval, Humberto Rangel, representante também do Presidente da FIEB, Sr. Ricardo Alban; deputada Maria del Carmen; deputado Rosemberg Pinto; deputado Bobô; querido amigo e prefeito da Cidade de Jaguaripe, Heráclito Arandas; Sr. Assessor Ricardo Marcelo Alves, representante da Presidente da UPB, prefeita Maria Quitéria; Sr^a Secretária de Relações Institucionais, Enéas Rangel, representante da prefeita de Maragogipe, Vera Lúcia; Sr. Gerente de Relações Institucionais do Estaleiro Enseada Indústria Naval, Márcio Mendonça Cruz.

(Lê) “Esta Sessão Especial originou-se de discussões na Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo desta Casa, onde ocupo a Presidência e foi proposta com o objetivo de ampliar o debate sobre os investimentos da Petrobras para a Bahia no período de 2015-2019, sobretudo no tocante a paralisação das obras do estaleiro enseada do Paraguaçu.

Agradeço a importante presença de todos aqui nesta manhã, onde vamos tratar sobre este tema de grande relevância para a economia baiana.

A história da Petrobras e da exploração do petróleo no Brasil estão intimamente ligadas à nossa Bahia.

Segundo dados históricos, a exploração, no Brasil, do combustível que move o mundo, data de 1858, quando José de Barros Pimentel conseguiu autorização junto ao Marques de Olinda para extração de betume, às margens do rio Maraú, baixo Sul do Estado da Bahia, a fim de produzir querosene para iluminação.

Desde esta longínqua data até o ano de 1941, ocorreram diversos fatos ligados a exploração do petróleo, destacando-se a descoberta de um poço petrolífero em Lobato, área suburbana de Salvador, em 1931. Essa época foi marcada também pelas lutas de cunho nacionalista pelo controle do petróleo, patrocinadas principalmente pelo empresário e escritor brasileiro Monteiro Lobato.

Em 1941, num poço situado na cidade de Candeias, jorrou petróleo. Ali estava, e como ainda está, o primeiro poço comercial do Brasil (hoje considerado poço

maduro.)

A partir deste ano então, e pelos doze anos subsequentes, somente a Bahia foi a responsável pela produção de petróleo comercialmente viável no País.

Em 1950, foi criada a Refinaria de Mataripe, com o intuito de proceder o refino do petróleo baiano, e neste mesmo ano, foi lançado ao mar o primeiro navio petroleiro do Brasil. Assim, a história traz o testemunho real da estreita relação entre o petróleo e a indústria naval petrolífera e o Estado da Bahia.

Mais tarde, em 1953, com o intuito de liderar o processo de exploração, organização e comercialização do petróleo baiano, surgiu a Petrobras, no governo do então presidente Getúlio Vargas.

Através deste recorte histórico, fica evidenciado que o Estado da Bahia foi pioneiro na atividade da Indústria Naval Petrolífera, pioneiro na exploração de óleo.

Apesar de todo esse pioneirismo e de toda essa histórica relação que a Petrobras tem com o nosso Estado, a Bahia vem sendo discriminada, sobretudo em investimentos de pesquisa, manutenção e prospecção.

Em 2012, surgiu mais uma nova esperança para os baianos. Parecia ser a volta do olhar da Petrobras e de seus investimentos para a sua terra natal. Surgiu a retomada da Indústria Naval Brasileira, ligada diretamente a construção de navios petroleiros, no distrito de São Roque do Paraguaçu, município de Maragogipe, recôncavo da Bahia, berço da indústria naval brasileira.

As obras iniciaram em ritmo acelerado, para a construção daquilo que seria, ou que será, o maior centro industrial naval do nordeste brasileiro e um dos maiores do país, voltado diretamente para a atividade petrolífera. Nasceu ali um gigante que após a sua conclusão, criará mais de 15 mil empregos diretos e indiretos.

Com a construção do estaleiro enseada, nasceu também a esperança de uma região, o comércio aqueceu, os empregos surgiram em abundância, e os recursos circularam por todos os rincões do recôncavo baiano e promissoras expectativas em seu entorno, a exemplo da região do baixo sul.

Em abril, já com 82% das obras prontas, o estaleiro teve suas ações paralisadas. Hoje, a empresa trata apenas de guardar e empacotar os seus aparelhos para que não sofram as ações de deterioração do tempo.

Mesmo antes da conclusão, tem-se notícia que já existe encomenda já em fase de produção, porém paralisada.

E hoje, quem suporta todo esse peso, talvez até maior que a capacidade de fora do guindaste golias, símbolo do estaleiro, e o povo baiano, em especial, os moradores das áreas diretamente afetadas pela paralisação das obras. De forma mais acentuada ainda, as pessoas residentes no distrito de São Roque do Paraguaçu.

Tudo que falamos aqui ainda não é possível comprovar o que há de realidade lá instalada. Para isso trouxemos um vídeo para que um pouco da realidade seja efetivamente mostrada a vocês”.

(Apresentação de vídeo.)

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- O que se pretende com esta sessão especial é mobilizar as forças políticas empresariais e trabalhadoras da Bahia com o intuito de encontrar uma solução rápida e eficaz para a retomada dos investimentos da Petrobras, dos organismos responsáveis pelo fomento de tal atividade, a exemplo do BNDES e do Fundo de Marinha Mercante para não arrefecer o sonho de quem quer trabalhar e de quem quer empreender. Para isso procuramos mobilizar todos os atores interessados nesse tema, nessa pauta tão importante para discutirmos aqui nesta sessão, creio que diante da crise econômica sobretudo que assola o País e também o nosso Estado.

Esse é um tema de vital importância para discutirmos aqui hoje com os prefeitos dos municípios afetados, com representantes da Bancada Federal da Bahia, com representantes de senadores da Bahia, com representantes do governo do Estado da Bahia, com os nossos colegas deputados estaduais, alguns se fazem presentes, colegas da Comissão Infraestrutura e Desenvolvimento Econômico.

Quero garantir a todos vocês que todo esse esforço de mobilização foi feito por nosso gabinete, provavelmente não conseguimos sensibilizar sobretudo aqueles que imaginamos que tenham maior interesse. Não vamos perder a oportunidade de estarmos aqui com a presença de pessoas, de autoridades que têm subsídios para nos passar, para entendermos de fato o que está ocorrendo com a paralisação das obras do estaleiro e, ao final, estamos propondo uma carta da Bahia que será aprovada, em princípio, pela Comissão de Infraestrutura e Desenvolvimento Econômico, e em seguida pelo plenário desta Casa para daí então seguir os caminhos que deverá seguir esse documento.

Quero devolver a palavra ao presidente, deputado Eduardo Salles.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Eduardo Salles):- Deputado Hildécio Meireles, nesse momento passo a presidência desta sessão especial ao deputado proponente, Hildécio Meireles.

O Sr. PRESIDENTE (Hildécio Meireles):- Dando seguimento à sessão, queremos convidar o Dr. Humberto Rangel, coordenador do Comitê de Petróleo, Gás e Naval da FIEB, que irá fazer uma apresentação com vídeo. Com a palavra o senhor.

O Sr. HUMBERTO RANGEL:- Bom-dia a todos.

Quero inicialmente saudar o presidente da Mesa e proponente desta sessão, o deputado Hildécio Meireles, agradecer-lhe pela oportunidade e dizer que estamos sempre à disposição para debater estas questões que nos afetam, pois nós entendemos que elas impactam a região e o Estado de um modo geral.

Cumprimento o deputado Eduardo Salles, a Sr^a Deputada Estadual Maria del Carmen, os deputados Rosenberg Pinto e Bobô, o assessor Ricardo Marcelo Alves, representante da presidente da UPB, Maria Quitéria, o prefeito da cidade de Jaguaripe, Heráclito Arandas, a Sr^a Secretária de Relações Institucionais de

Maragojipe, Enéas Rangel, representante da prefeita Vera Lúcia, e Márcio Cruz, nosso colega aqui também presente.

Tenho uma apresentação a fazer para vocês. Temos de iniciar um pouco. É importante que se coloque em perspectiva a história recente do empreendimento Enseada Indústria Naval. Para que tenhamos uma compreensão plena, é muito importante que eu rapidamente faça uma retrospectiva, sobretudo levando em conta o tema desta sessão, o investimento da Petrobras aqui. E, na verdade, esse é um reflexo desta questão mais ampla, os investimentos da empresa neste Estado.

Mas, antes que a tela apropriada venha, podemos colocar o seguinte: a existência do Estaleiro Enseada Indústria Naval na Bahia é o resultado da descoberta do Pré-Sal no Brasil. É o Pré-Sal que dá a base econômica e motiva a decisão do governo do presidente Lula de retomar a indústria naval, que pela segunda vez na história recente do País encontra momento de expansão.

A indústria naval brasileira, modernamente, foi lançada como parte do Plano de Metas do presidente Juscelino Kubitschek. Ela evoluiu progressivamente até alcançar um patamar de segunda colocada, a segunda mais importante indústria naval do mundo. À frente, por exemplo, de países que hoje estão na liderança mas na época nem sequer estavam ranqueados, como a Coreia.

Então é em cima do Pré-Sal, desta reserva extremamente importante e da demanda de equipamentos que ela gera, que o governo decide relançar a indústria naval aqui. Depois de ter alcançado aquele apogeu a que me referi recentemente, ela declina sucessivamente até chegarem os primeiros anos a partir de 2000, com um número de duas mil pessoas empregadas extremamente concentrado no Rio de Janeiro. A partir daí essa retomada tem foco na indústria do petróleo, foco no fornecimento de equipamentos para a indústria petrolífera, foco no desenvolvimento tecnológico mais apurado, fruto da exigência dessa exploração do Pré-Sal. E, finalmente, isso é um processo também de descentralização dessa atividade industrial.

A indústria naval brasileira, nas suas primeiras fases, esteve altamente concentrada no Rio. O Rio de Janeiro, tradicionalmente, é o Estado que abriga os principais empreendimentos. E a partir daí o governo decide retomar a indústria naval não só num patamar superior de tecnologia, mas também num patamar de descentralização. Então houve no período de 2007 a 2012, quando começamos a efetiva implantação do empreendimento aqui neste Estado, uma disputa muito grande entre os diversos Estados da União pelo privilégio de abrigar um desses novos estaleiros. Esse foi o caso da Bahia.

A Bahia se mobilizou. O governo baiano na época foi ferrenho defensor, desenvolveu planos de industrialização focados e ancorados na existência desse empreendimento. E foi vitorioso igualmente ao mobilizar, concentrar e apoiar diversos grupos que disputavam então o privilégio de estar aqui. Portanto, teve um papel fundamental também na organização dessas forças e na consolidação do próprio empreendimento. Um empreendimento único e forte, que tem a participação

de três grupos da própria Bahia. E mais: a partir de 2012 ele ainda passou a ter a presença importantíssima da Kawasaki, que detém 30% dele.

(Apresentação de eslaides.)

Vou mostrar a curva de emprego a que me referia. Ela dá uma informação visual muito nítida. Nós começamos aqui em 1960. Chegamos a um patamar de quase 40 mil pessoas empregadas. Mas isso declina violentamente. Como disse há pouco, começamos o ano 2000 praticamente com duas mil pessoas, tendo antes atingido - e aí é importante frisar que estamos falando de números nacionais, da indústria como um todo, no País inteiro -, alcançado um patamar superior a 80 mil empregados. Do final de 2014 em diante, a partir desta crise que afeta o Brasil como um todo, temos uma perda de mais de 15 mil empregos no setor. A última estatística que temos do Sindicato da Indústria Naval fala em uma perda de 17 mil pessoas, aproximadamente.

(Nova apresentação de eslaides.)

Já falamos também sobre este aspecto. A concentração e o foco foram na indústria do petróleo. No nosso caso, não foi diferente. O empreendimento se inicia, com sua efetiva implantação no ano de 2012, simultaneamente à contratação de seis navios-sondas por valores significativos e um nível: trata-se do equipamento mais sofisticado dessa etapa de implantação do Pré-Sal. Isso aconteceu e se desenvolveu com absoluta regularidade e absoluto cumprimento dos números planejados de 2012, ano em que houve a mobilização, até o final de 2014 e início de 2015. Nestes dois anos os pagamentos ao estaleiro foram suspensos, mais precisamente a partir de novembro passado. E até agora se encontram suspensos em função duma crise que afeta o nosso único cliente, a Sete Brasil. Ela tem um pacote de 28 sondas, e o Estaleiro Enseada tem contratos válidos, assinados para seis delas, que estavam em fabricação até aquela data a que me referi agora há pouco.

Essa é a cerimônia de lançamento do estaleiro em julho de 2012, para vocês verem quão recente é. Havia uma preocupação muito grande em termos nacionais - destaque sempre esse fato - com as encomendas que foram colocadas em estaleiros que ainda não estavam em plena atividade. Isso aconteceu conosco.

Vivemos a situação inversa hoje. Temos um estaleiro praticamente com mais de 82% de avanço em suas obras. Essa é uma imagem de 2014, quando na prática havia uma área virgem ali, apenas de pouso para os trabalhos iniciais. Essa é uma foto de 2012.

Chegamos a 2014 com 82% do estaleiro concluído, licenciado, com a licença de liberação emitida pelo Ibama, e em plena operação. Além das obras de implantação que decorriam naquele período, tínhamos também obras de fabricação dos primeiros navios-sondas colocados.

Esses números dão a ideia da dimensão do empreendimento e da saúde financeira que ele tinha, obviamente mantida a situação de regularidade dos seus ingressos previstos. Tivemos como números consolidados de 2014 um investimento de 2.6 bilhões de reais realizado, uma geração de emprego de 7.200 pessoas e uma receita bruta de quase 3 bilhões de reais, o que significa, ao câmbio da época, mais de

1 bilhão de dólares, além duma Ebitda de 88%, que mostra que o empreendimento, do ponto de vista financeiro, estava funcionando regularmente.

Essas são imagens de blocos construídos que estão aqui na Bahia já concluídos e dos que foram interrompidos. Essa é uma imagem do primeiro casco que está concluído flutuando em águas japonesas. Ele foi feito com a presença de engenheiros e técnicos brasileiros lá no Japão, como parte da estratégia nossa de aprendizado para dar maior segurança e velocidade ao empreendimento. Decidimos fazer esse primeiro casco, que já está concluído, e, se tudo ocorrer conforme previsto, ele deverá ser deslocado para a Bahia no final deste ano ou começo do que vem.

Voltamos aqui a referir. Só tem sentido um investimento dessa envergadura no estaleiro com a garantia de encomendas. O setor naval é um setor que demanda. O fato de você ter dificuldades na Sete Brasil não lhe dá a possibilidade de substituir essa encomenda por outra no momento imediato. As encomendas demandam um período longo de maturação entre a sua colocação e a assinatura do contrato. De maneira que, hoje, a via para retomar esses entendimentos tem de ser obrigatoriamente a da própria retomada, senão de todos, pelo menos da parte mais significativa das encomendas colocadas.

Essas são algumas imagens dessa questão da transferência de tecnologia, de janeiro de 2014, quando o então governador da Bahia, Jaques Wagner, fez questão de visitar o Japão para se encontrar com os jovens do Recôncavo que estavam recebendo treinamento naquela região. “Eu quero visitá-los lá no momento do treinamento.” Esse foi o ponto de honra dele, tamanho era o orgulho e a atribuição de importância dada. É o fato de você transformar realmente a qualidade profissional das pessoas e, por via de consequência, a vida delas.

Atualmente temos uma situação em que inclusive parte desse efetivo está desligado. Espero que no momento da retomada possamos reabsorver, senão todos, pelo menos a maior parte dele. Mas o quadro é de dificuldade hoje.

É importante destacar o volume global de tributos recolhidos, da ordem de R\$ 326 milhões, somando impostos federais, estaduais e municipais. E que hoje estão paralisados, que é outra afetação que não foi mostrada no filme do deputado, mas que é um dado importantíssimo, que é a perda de arrecadação que já está comprometendo e afetando a saúde financeira dos municípios da região.

O cenário atual é inequívoco, que é a questão da “Lava-jato” tem um impacto importante nesse processo todo. A Sete Brasil tem sido uma empresa-alvo disso. Há mais de 6 meses que a gente vai e vem e escuta uma série de questões ligadas a Sete Brasil. É importante dizer que a Sete Brasil, inicialmente, tinha encomenda para 28 sondas, das quais tínhamos 6. Hoje, ela busca redesenhar essas encomendas, reduzir o número de sondas e trabalha com uma hipótese, com uma alternativa de 19 sondas das quais 4, inclusive, seriam destacadas do seu conjunto. Essa é uma informação importante, porque entendemos que possa ser um fator de aceleração no caminho da solução do problema do Enseada.

O que se discute hoje, com o pleno conhecimento desde da presidente da

República que se envolveu pessoalmente com o assunto, estabeleceu um Testforce liderado pelo ministro Eduardo Braga, acompanha o assunto com muita preocupação. A solução que se desenha hoje, inclusive mencionada muito recentemente numa palestra que o ministro Aloísio Mercadante fez na Comissão de Minas e Energia da Câmara Federal, ele claramente destaca a solução diferenciada que se busca para a questão do Enseada. Que solução é essa? O nosso arranjo contratual hoje. Quer dizer, nós não somos contratados diretamente pela Sete. A Sete para cada uma das 28 sondas cria uma empresa, uma SPE, uma Sociedade Propósito Específico, no nosso caso são 6 contratantes diferentes para cada uma das sondas. Essas sociedades têm 85% de participação da Sete Brasil.

A Sete Brasil discute, claramente, sem nenhum subterfúgio, a sua intenção de liberar a sua participação e substituir esses investidores por novos. No nosso caso, tem tido a liderança do grupo investidor japonês, Kawasaki, que tem mobilizado outros investidores para que eles ocupem o lugar da Sete Brasil e a partir daí passem a ter um relacionamento direto com a Petrobras. O que ancora, o que suporta, o que dá substância a toda esse processo econômico amplo, é um contrato de locação dos equipamentos que a Petrobras tem com o proprietário de cada um deles. A solução inicial passa pela Petrobras para validar essa substituição, a liberação da Sete Brasil validar os novos investidores se sensibilizem para, efetivamente, entrar no processo como proprietários das sondas e a partir daí haver uma locação desses equipamentos. O que faria sócio os donos dos equipamentos e liquidez para que eles retomem o arranjo de financiamento para nós.

É um caminho que é complexo no sentido que você tem de atrair um investidor novo para outros casos. A própria Sete Brasil está buscando uma reequação, mas o que estamos assistindo, nós e o Brasil inteiro, as questões da Sete Brasil são anunciadas ... Tivemos recentemente um anúncio da diversão da Petrobras, depois de uma reunião do presidente Bendine com acionistas da Sete Brasil dizendo que em 15 dias a solução viria. E o que nós vemos é que os 15 dias se passaram, não há solução e há uma dificuldade evidente. Portanto, acho que é essa posição, é isso que temos discutido com o governo do Estado da Bahia, o governador Rui Costa acompanha cada passo desse empreendimento, tem sido incansável no seu trabalho de restabelecer as condições para retomada do empreendimento. O que queremos neste momento é essa solução diferenciada como uma via de aceleração do processo.

Em termos gerais, cobri os aspectos mais importantes. Vários trabalhos acadêmicos foram feitos em função da retomada da indústria naval. Um dos trabalhos mais completos foi feito por um técnico do IPEA, e trouxemos uma frase do Carlos Campos Neto, economista pesquisador que diz: *“Quero crer que as autoridades públicas não permitirão que bilhões de reais que foram investidos no ressurgimento da indústria naval brasileira de novo se transforma em cinzas.”*

É exatamente o que pensamos, acho que é exatamente o que a Assembleia pensa, que a bancada federal pensa, os senadores pensam, o que a Bahia pensa. No nosso caso, trazendo essa afirmação, que é de caráter mais amplo, no nosso caso

específico ela cai como uma luva. Não acreditamos que um empreendimento concluído, em operação, possa ser abandonado. Acho que está faltando a capacidade de separar os problemas; os problemas que devem ser enfrentados no âmbito jurídico têm que ser enfrentados no âmbito jurídico, mas não podemos comprometer um investimento dessa envergadura com uma decisão que é, obviamente, acertada.

Falamos sobre o número de trabalhadores, chegamos a ter mais de sete mil, hoje temos 300. Sobre os impactos para os investidores da região, o vídeo apresentado pelo deputado Hildécio Meireles fala melhor do que o que eu poderia dizer, estão aí os testemunhos das pessoas. Acho que essa é uma unanimidade.

Lembro que fizemos, no âmbito da FIEB, uma reunião com a presença majoritária e ampla dos deputados da bancada federal da Bahia. Não se trata de uma questão política, trata-se de uma questão econômica que, acredito, tem a unanimidade. Esse evento da FIEB mostrou isso muito bem, com deputados de todas as vertentes, de todas as áreas, todos unidos em torno disse.

Na semana passada eu e o presidente do estaleiro estivemos em Brasília, visitamos os três senadores, Walter Pinheiro, Lídice de Mata e Otto Alencar, e todos estão imbuídos desse propósito de, junto à Petrobras, desenvolver um esforço especial para que haja uma separação entre o que é geral e o que é possível de ser negociado já.

As coisas começam a andar em círculos. Para atrair um investidor, a primeira coisa que precisamos é de um contrato firme. Um investidor só vem se souber que virá na certa. Ele não entrará na expectativa de que haja um contrato. Hoje temos um contrato que se transformou num contrato virtual, não é mais um contrato real. Os recursos foram colocados lá, os financiamentos foram alocados e hoje vivemos numa situação completamente surreal.

Darei um exemplo. O nosso buraco de caixa que foi falado, de 1 bilhão e 800, se compõe de 1 bilhão e 200 de parte das encomendas realizadas e não pagas pela Sete Brasil e parte da segunda parcela do financiamento para a implantação do empreendimento. Esses financiadores que já liberaram 1 bilhão, que já estão aplicados no chão de Maragojipe, não querem liberar a segunda etapa porque não têm segurança que haverá continuidade do empreendimento. Então, as coisas começam a andar em círculos.

Acho, deputado Hildécio Meireles, que o esforço que a Bahia tem de fazer é para quebrar essa caminhada em círculos. Temos de avançar com isso. É inimaginável que possamos perder esse investimento. Nessa questão da atração dos investidores externos já existiram, pelo menos, três missões com a participação do Banco do Brasil, da Caixa Econômica e da Assistência da Petrobras ao Japão, para apresentar o projeto aos potenciais investidores. Foi a primeira vez, foi a segunda vez e foi a terceira vez, mas você só sensibiliza o investidor com ações muito concretas.

Não há outra coisa a não ser... Esse investidor precisa de um contrato de afretamento desse equipamento com a Petrobras, não será outra a empresa a fazer isso. Só existe uma! É a Petrobras quem pode assegurar o afretamento desses

equipamentos. Não há outra empresa, não há outro nome. Se a Petrobras não dá essa condição, é impossível você atrair sequer esse novo investidor. O investidor virá com essa garantia, e é por isso que nós fazemos essa colocação, aqui, que tenho a certeza que vai merecer o apoio e o trabalho importantíssimo desta Casa.

Agradeço a vocês pela oportunidade e, mais uma vez, me coloco à disposição. Quando vocês quiserem, estamos disponíveis para trabalhar nesse empreendimento.

Muito obrigado. (Palmas.)

O Sr. PRESIDENTE (Hildécio Meireles):- Agradecemos a apresentação e a palestra do Dr. Humberto Rangel.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Hildécio Meireles):- Concedo a palavra, neste momento, ao prefeito de Jaguaripe, Heráclito Arandas.

O Sr. HERÁCLITO ARANDAS:- Bom-dia a todos. Para ganhar tempo quero saudar a Mesa na figura do proponente desta sessão, deputado Hildécio Meireles, em cujo nome saúdo todos. Contudo, não posso deixar de destacar a deputada Maria del Carmen, em nome de quem saúdo todas as mulheres presentes neste dia.

Procurarei ser breve. Quero colocar, rapidamente, duas coisas: eu vinha no caminho, pensando sobre a pauta, deputado Hildécio Meireles, deputado Eduardo Salles, defensor dos prefeitos, que foi homenageado, recentemente, no encontro dos prefeitos... Digo que essa pauta “Os Investimentos da Petrobras Programados para a Bahia nos Próximos Anos e a Paralisação das Obras do Estaleiro da Enseada do Paraguaçu.” deve ser invertida, como já foi. Eu ia propor isso, mas ela já foi invertida!

Nós estamos falando sobre a paralisação das obras do estaleiro, porque acho que é a matéria central. Mais importante, me permitam dizer, – apesar de discordar de Mário, que está ali, que achava que eram os investimentos da Petrobras – é falar sobre a paralisação das obras. Do jeito que a Petrobras está andando nós temos que cuidar primeiro do estaleiro!

Falo, aqui, não na condição de técnico, mas como prefeito e em nome dos sofredores da região toda. Fico pasmo quando eu vejo na apresentação técnica, feita pelo Dr. Humberto, que foi recolhido R\$ 37.217.961,00 de ISS, nesses dois anos, para o município de Maragogipe.

É isso mesmo, Dr. Humberto?

O Sr. Humberto Rangel:- Isso mesmo.

O Sr. HERÁCLITO ARANDAS:- De ISS retido? Pago ao município?

O Sr. Humberto Rangel:- Sim!

O Sr. HERÁCLITO ARANDAS:- Eu acho que a prefeita de Maragogipe – não sei o que houve, pois ela não pode estar presente – é a mais afetada, neste momento, por essa perda de receita. Quer dizer, entraram R\$ 37 milhões, mas vai

perder muito mais! Eu lamento a ausência de Vera aqui, hoje, como também lamento a ausência de Jorginho, prefeito de Salinas. Eu diria que pela ordem, deputado Rosemberg Pinto, deputado Bobô, de sofrimento Maragogipe está em primeiro lugar.

Vocês viram aqui! Se dizem que uma foto vale mais do que mil palavras, um vídeo vale mais do que 1.000 fotos. Vocês viram depoimentos de pessoas. Então, não sei o que houve, mas a falta, hoje, da prefeita de Maragogipe é muito grande! Ela que deveria estar falando em meu lugar.

O prefeito Jorginho, de Salinas, é o segundo mais afetado. A BA-534 já foi paralisada uma vez, duas vezes e iam paralisar a terceira vez. Mas eu e Jorginho, prefeito de Salinas, enfrentamos o problema e nos comprometemos a passar a patrol na estrada BA-534 para evitar o impedimento desta rodovia estadual.

Mas, gente, de maneira bem simples, falando, repito, por aqueles que estão sofrendo na pele com a paralisação do estaleiro, queria fazer minhas as palavras do presidente da Enseada Indústria Naval – Unidade Paraguaçu, Fernando Barbosa, quando ele diz assim: *“O que antes representava o sonho de milhares de trabalhadores, há 9 meses, transformou-se em um pesadelo.”* Nada pode descrever melhor do que esta frase, deputado Hildécio Meireles.

Estamos vivendo, na região de Maragogipe, Salinas, Jaguaripe, Nazaré e Aratuípe, um verdadeiro pesadelo. Vou repetir. Falo, aqui, pelo que estou sentido não como técnico ou como prefeito.

Vou dar um exemplo. Meu caro deputado Eduardo Salles, a BA-534 é aquela estrada que liga a BA-001 (Ferry-Boat-Nazaré) ao município de Salinas com mais ou menos 22 quilômetros: 11 quilômetros dentro de Jaguaripe e 11 quilômetros em Salinas.

Lá, há 4 localidades muito bonitas. Mas destacaria Cações, Mutá e Pirajuí, pois alguns dos senhores devem conhecer. São comunidades paradisíacas que viviam em paz e no sossego da contracosta.

Só no distrito de Barreiras de Jacuruna, próximo ao entroncamento, entre os dias 7 e 25 ou 27 de agosto, ocorreram 5 homicídios, repito, 5 homicídios, deputado Bobô. Este era um lugar onde não se falava em homicídio de jeito nenhum. Nunca se falava disso. Não podia passar na cabeça das pessoas de que, em Mutá, aconteceria assalto à mão armada na praia; de que, em Cações, teria crimes aumentados como tráfico, assalto, tomadas de celular e de dinheiro. Roubaram R\$ 30,00 de um pobrezinho que passava pela rua.

Então este é um pesadelo o que Fernando Barbosa descreve. Esta é a situação pela qual estamos atravessando com a paralisação das obras da Enseada.

Não quero me ater aos aspectos técnicos, porque estes já foram expostos. Foi-se embora o sonho de geração de 8 mil empregos diretos. Não é? Foi-se embora o sonho de aumento do comércio local. São Roque, hoje, é um deserto, repito, um deserto. Foi-se embora o sonho de pessoas que venderam o que tinham para aplicar em uma pousada com 10 ou 20 quartos. Essas são pessoas que tomaram dinheiro

emprestado em banco para investir em um negócio.

Vocês viram aqui! Isto não é mentira!

Em 2 anos, o consórcio aplicou aquele dinheiro que recebeu como financiamento e aplicou, efetivamente!

Para quem não conhece a região, vale a pena, deputados, combinar com o pessoal do consórcio, como nosso amigo Márcio Cruz, uma visita. Vale a pena ir lá! Nada melhor do que olhar com os próprios olhos. Eu acredito que tenha mais de 82% implantado.

Agora, o mais importante: não é um equipamento em construção, mas um equipamento produtivo. Já estava produzindo! Porém, de uma hora para outra, isso é frustrado, paralisado. Ah, há de se dizer: “A culpa é de Sérgio Moro!” Não é não! Não é não! Não é não!

Temos de ter coragem para enfrentar este problema! Devemos nos unir, meu caro deputado Hildécio Meireles, prefeitos, deputados e governador da Bahia!

Olhem, lembro-me muito bem do esforço do ex-governador Jaques Wagner, porque, atrás da Enseada, existe um polo. Ou nós estamos esquecidos disso? Eu participei da assinatura do protocolo. Estavam a UTC, Odebrecht, OAS, ali, no salão de atos, se não me falhe a memória. Lá, foi assinado um protocolo que dizia existir, em torno do projeto da Enseada, um polo de pequenas indústrias para dar sustentáculo à Enseada.

Ou eu estou errado ou esquecido ou ficando doido? Não eram só 8 mil empregos não! Talvez fossem 16 ou 20 mil empregos mais a geração de riqueza circulando além do ICMS e do ISS para os municípios. Pensou-se, até, em criar o polo em Nazaré. Depois, Maragogipe levou a melhor. Ficou em Maragogipe.

Meus amigos, como prefeito de Jaguaripe, um município pobre, grande, que começa na Ponte do Funil e vai terminar na BR-101 no limite com Lage; e Valença é o nosso limite Sul. Jaguaripe é um município grande, pobre e com participação de 1.2% no FPM.

Quando sou eleito, assumo em janeiro...

Direi algo aqui. Um dos motivos... Tenho 69 anos de idade. Por isso, às vezes, falo, assim, de maneira destemperada. Mas vocês perdoem-me. Quando a gente vai ficando mais velho, vai perdendo a paciência e dizendo o que sente no coração.

Fui para o terceiro mandato de prefeito de Jaguaripe. Não queria mais ser prefeito. Sou advogado por formação e estava com meu escritório razoavelmente bem. Mas um dos fatores que me incentivaram a ser prefeito foi o projeto Enseada.

O outro fator foi o Projeto Manatí, Hildécio, que você me alertou a bom tempo. Devo dizer, aqui, aos senhores que é exemplo de um projeto bem feito com Petrobras, Queirós Galvão e mais outra empresa. O Projeto Manatí, também, é um consórcio. Graças a este projeto benfeito, conduzido por uma empresa chamada Exterran, dentro do meu município, do distrito de Camassandi, entre Camassandi e a Ilha da Ajuda, gerou, para o meu município, este ano, mais de R\$ 3 milhões em ISS. Se não fosse

isso, Jaguaripe já teria fechado as portas.

O equipamento está lá implantado, Srs. Diretores da Enseada, dentro do prazo e do cronograma físico traçado pela Petrobras, funcionando e bombeando gás para São Francisco do Conde, Candeias e não sei onde é. Mas está lá o equipamento. Eu tive o prazer de inaugurar este equipamento há 2 meses.

Ah, é um pequeno equipamento, melhor, é uma pequena usina. Mas diante da Enseada, é um pequeno equipamento. No entanto, para Jaguaripe, foi gigantesco este equipamento, exemplo de um equipamento perfeito.

Agora, para concluir, senhores, o que está impedindo a retomada das obras?

A Sete Brasil era a cliente principal e suspende os pagamentos em novembro. É isso, Bastos? Aí, eles usam aquele eufemismo aqui, gostei daquela, 7 mil pessoas “desligadas”. Eu também, quando estou prefeito, não gosto de falar em demissão, mas gosto de falar em desligamento. Mas é demissão mesmo! São 7 mil demitidos!

E, aí, meus amigos, qual a solução?

Evidentemente, não vamos encontrar nesta manhã. Durante esta manhã, dá-se um importante passo.

Por último, quero parabenizar um deputado de primeiro mandato, Hildécio Meireles, pela convocação e pela proposta desta sessão especial. Parabenizo, também, os deputados que aqui estão como Bobô, Rosenberg Pinto, Maria del Carmen. Seria uma oportunidade para outros deputados estarem, aqui, presentes também. Sem querer ser repetitivo, esta seria uma oportunidade de ouro para outros deputados estarem aqui presentes. Infelizmente, não houve a presença de prefeitos importantes que não puderam aqui chegar como Vera e Jorginho.

No entanto, quero parabenizar os que, aqui, estão presentes. São poucos? São, mas a qualidade importa muito.

Vocês saem daqui hoje com uma visão melhor deste importante equipamento para a Bahia e para o Brasil. A primeira visita que fiz ao estaleiro, se também não estou ficando com a doença de Alzheimer, lembro, Márcio, que, além da ideia do estaleiro fabricar e montar navios-sonda, havia a possibilidade de se fabricar, até, navios de guerra e outros equipamentos navais, ou seja, seria a indústria naval em sua plenitude.

Desta forma, com este interrompimento, frustra-se o sonho e vem o pesadelo.

Nesta manhã, Hildécio, você dá um passo importante assim como a Associação Comercial já deu, como o estaleiro já deu, como o deputado federal Bebeto já deu ao nos convidar participar daquela visita no estaleiro.

É preciso ir ao estaleiro para ver. Está pronto. Está fabricando. Está produzindo.

Por que paralisar esta atividade?

Ah, o Fundo de Marinha Mercante liberou R\$ 600 milhões. Mas o Banco do Brasil ou a Caixa Econômica não repassa a verba. Por quê?

Na hora em que querem aumentar tributos no Brasil, aumentam-se os tributos! Na hora de se propor cortes, propõem-se!

Então, por que não anda? Por que os deputados federais e senadores não se mexem? Porque está ficando próximo o período de filiação partidária e temos de cuidar da política.

E a política social? E a política econômica do Brasil? E aqueles que estão sofrendo lá? E as famílias enlutadas? Vou culpar o estaleiro? De jeito nenhum! Não posso culpar o estaleiro.

A minha estrada está lá desgraçada – perdoem-me a expressão – a BA-534. Esta BA-534 liga a BA-001 ao estaleiro. A culpa é do estaleiro? É e não é. Eles passaram por esta estrada que não tinha a capacidade de suportar o peso de 500 caçambas por dia, carretas truncadas para conduzir peças enormes necessárias na montagem do estaleiro.

O governo da Bahia teria de dar a sua contrapartida, qual seja, a de recuperar a BA-534 quando as obras terminassem. O governador Jaques Wagner deu ordem para recuperar e reconstruir a BA-534. Se não me falha a memória, eu, no dia 04 de janeiro de 2014, estava presente em Salinas.

Hoje, a estrada está intransitável. Posso culpar o estaleiro? Não.

E os prefeitos pobres como os das cidades de Jaguaribe e Salinas, ainda mais pobre, são obrigados a usar nossa patrol para passar na estrada para tapar os buracos com cascalho a pedido de Dr. Saulo. Já passei duas vezes e não passarei a terceira.

Não aguentamos mais, pois os municípios estão em crise e estão mesmo. Há municípios fechando as portas com prefeitos tendo enfartes. Isso aconteceu, recentemente, no encontro de prefeitos, com a prefeita de Camacã. Existem prefeitos renunciando e entregando os seus cargos. Existem prefeitos se suicidando.

Minha gente, peço desculpas, porque estou sendo um pouco áspero em minhas colocações. No entanto, eu vou repetir, porque as palavras saem do coração – certo? – e são palavras que saem das comprovações da vivência de um prefeito de terceiro mandato e que não quer ir para reeleição. Tenho o direito, mas não quero, repito, não quero. Quero voltar para a minha advocacia, não porque eu seja pessimista, mas porque estou, realmente, desanimado e preocupado com a situação que nos espera em 2016.

Não vamos desistir. Tenho mais um ano de mandato, deputado. Estarei, sempre, atento às suas convocações e à convocação desta Casa. Vamos, realmente, pensar em soluções de ordem rápida e práticas para que este estaleiro volte a funcionar o quanto antes.

Nesta semana, na região, Márcio, já corria o boato de que os 300, que estão lá, também serão desligados. Fiquei até com medo. Por outro lado, eu acho que eles não serão desligados, porque vocês não podem perder aquele patrimônio, porque está, ali, jogado e já está construído para quem quiser ver.

As soluções, meus amigos, minha nobre plateia presente a este evento, não

estão com o nosso Senhor Jesus Cristo, não. A gente pede direção a Deus, mas somos nós que temos que fazer a nossa parte. Você, Hildécio, perdoe-me assim chamá-lo, porque a sessão é especial, Bobô não precisou nem vir de gravata - por sinal, passei por ali e disse a ele: está fazendo muita falta ao Bahia, viu? - então, numa sessão informal, mas importantíssima,

Eu quero dizer que continuarei, esses três meses que faltam do ano, o próximo ano todo, quando sair da prefeitura também, porque sei o que o povo está sofrendo em Maragogipe, São Roque, Salinas, Jaguaripe, em Nazaré. Nazaré virou campo de batalha. Foi preciso operação conjunta da Polícia Federal, estadual, militar e civil para diminuir a situação de violência em que Nazaré estava envolvida.

Não é culpa do estaleiro, não, gente. A culpa é nossa, dos brasileiros, porque no final somos nós que temos que pagar. Então vamos nos reunir, não vamos desanimar, vamos levantar a cabeça, convocar deputado estadual, federal, o governador Rui Costa tem que entrar nessa luta, porque ele não pode deixar isso fora. A Bahia não pode perder esse investimento.

Por último, faço aqui um clamor à Comissão de Infraestrutura, ajude-nos pelo menos com a recuperação da BA-534, porque os meus ônibus escolares estão quebrando para-brisas, as minhas ambulâncias estão quebrando no meio do caminho, os taxistas estão revoltados, querendo fechar novamente a pista. Esse é um pedido pessoal que faço e encaminho à Comissão.

Muito obrigado pela presença e pela atenção dos senhores.

(Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Hildécio Meireles):- Obrigado ao prefeito Arandas.

Quero registrar aqui as presenças dos vereadores de Maragogipe Zé de Roque, Fernando Nery Cardoso, Roque dos Passos; vereadora Marlete Santos Dias, de Salinas das Margaridas; Fernando José Bordoni, secretário de Emprego e Renda de Candeias; Marcos Vinícius, vereador de Santo Antônio de Jesus; vereadores Robson e Vítor Valério, de Jaguaripe; Sidinei de Souza Oliveira, vice-presidente da Abelme – Associação Baiana das Empresas Locadoras de Máquinas e Equipamentos.

Concedo a palavra ao deputado Eduardo Salles.

O Sr. EDUARDO SALLES:- Bom-dia a todos.

Inicialmente, eu gostaria de parabenizar o deputado Hildécio Meireles, presidente da Comissão de Infraestrutura e dizer, deputado, que ações como esta sua só engrandecem esta Assembleia, esta Casa, porque uma questão como esta merecia ser discutida nesta Casa numa sessão especial.

Então, parabenizo V.Ex^a, sei do comprometimento de V.Ex^a com toda a região e da sua vontade de tentar minimizar os efeitos desse grave problema que tem assolado toda a região.

Eu quero cumprimentar Humberto Rangel, em nome de todos os funcionários

do Enseada, ainda funcionários, e os que, infelizmente, não estão mais funcionários; quero cumprimentar o prefeito Arandas, de Jaguaripe; o deputado Rosemberg; a deputada Maria del Carmen; o deputado Bobô e os demais colegas aqui; quero também cumprimentar Márcio, um amigo querido de muito tempo.

Acho que tudo que ouvimos aqui, prefeito, as suas palavras foram fortes, realmente, mas foram sinceras como V.Ex^a falou. Foram sinceras, foram de coração, foram de uma pessoa que está vivendo no dia a dia uma situação dramática. Acho que a situação, realmente, é de terror, é uma situação dramática.

Eu tive a oportunidade de ser secretário de Agricultura do Estado da Bahia na época do governador Jaques Wagner, com muita honra, e vi o quanto o governador vibrou naquele momento, fizemos uma viagem à China, onde fomos buscar investimentos para o setor agropecuário.

Logo depois, o governador foi ao Japão, justamente com esse objetivo, como Rangel colocou aqui. Então, o entusiasmo era muito grande. E o governador vibrou por saber que esses municípios poderiam ter uma sustentabilidade ali definida.

O que aconteceu, infelizmente,...

Hoje essa situação foi muito bem relatada aqui pelo próprio deputado Hildécio, que apresentou uma gravação aqui, e também por Rangel e pelo próprio prefeito de Jaguaripe.

Então, eu conheço a região, fui votado no Município de Maragogipe, com muita honra. Acho que nós, deputado, somos cinco aqui, mas acho que somos 63 na Casa, deputado Hildécio. E volto a ressaltar a importância desse momento, de estarmos aqui, discutindo, deputado Rosemberg, V.Ex^a que tem todo o conhecimento de base sobre esse assunto, que assola a região.

Queria colocar para vocês que tenho o mesmo sentimento que o prefeito colocou aqui, o de vermos que o Município de Maragogipe recebeu R\$ 37 milhões ao longo desses poucos anos... Estou sempre em Maragogipe, e procuro onde está esse dinheiro, esses R\$ 37 milhões, que poderiam, hoje, sem dúvida alguma, dar uma condição de retorno ao mercado de trabalho, com ações definitivas da prefeitura naquele momento.

Então, realmente, registro com pesar a ausência da prefeita Vera neste momento, a prefeita mais beneficiada e que não está presente num momento tão importante para a população de Maragogipe, para discutir e buscar soluções para um problema crônico como esse.

Queria dizer a vocês, também, que acho que não adianta... todos nós conhecemos o assunto, todos já sabemos o desespero que foi relatado aqui tantas vezes. Sabemos que, hoje, temos um caos social enorme, as questões do tráfico, da violência, da prostituição infantil. Enfim, tudo isso veio junto com a proposta de desenvolvimento. Vieram ações muito dramáticas para esses municípios, como foi relatado aqui. Não vamos chover no molhado, não vamos ficar, aqui, relatando problemas que temos, hoje, que são gravíssimos, e mais do que ninguém a população

desses municípios sabe disso. No primeiro momento, achava que seria solução, e, agora, num momento como esse vem um banho de água fria, gelada, como tem feito.

Então, cabe a nós, aqui, numa sessão como esta, deputado Hildécio, buscar soluções, um encaminhamento. Então, venho propor duas soluções, que acho importantes. Os amigos que residem lá, em Maragojipe, o vice-prefeito Ademar e vários outros, colocam claramente que houve um momento... Acho que temos que ter dois tipos de solução: uma temporária e uma permanente. E, aí, coloco na Mesa uma proposta.

Da década de 80 até 2004 nós tivemos o Estaleiro São Roque parado durante mais de uma década! De 2004 a 2013, esse estaleiro funcionou. Estamos falando do Estaleiro São Roque, não estamos falando do Consórcio Enseada, que, agora, está instalado lá. Falo do antigo, que era utilizado para reforma e construção de plataformas.

Pois bem, esse estaleiro funcionou de 2004 a 2013, e muito bem. Segundo fontes, e Rangel pode confirmar ou não, chegou a empregar 2 mil pessoas, deputado Rosemberg, fazendo lá, inclusive, a Plataforma PRA-1, com o investimento de R\$ 1 bilhão, que era o chamado Consórcio Rio Paraguaçu. Esse momento foi importante.

Em 2013, o Consórcio Enseada absorveu essa prestação de serviço do antigo Estaleiro São Roque, e a partir daí começou a trabalhar. Infelizmente, só trabalhou 6 meses nessa concessão, que foi dada para que o Consórcio Enseada trabalhasse no São Roque.

Pois bem, a primeira proposta que faço é que nós, imediatamente, busquemos com a Petrobras... e peço a interveniência do deputado Rosemberg Pinto e da deputada Maria del Carmen para que marquemos, deputado Hildécio, sob sua tutela, como presidente da Comissão de Infraestrutura, uma audiência com a diretoria da Petrobras para pedir imediatamente a desmontagem de sondas, a construção de novas sondas e para ativar novamente o Consórcio São Roque, que tem a condição de, imediatamente, voltar a absorver 2 mil empregados e minimizar, não vai resolver, mas minimizar essa crise neste momento. Essa é a primeira proposta que eu faço de trabalharmos nessa frente com a Petrobras para sensibilizar e tocar isso para frente.

Deputado Hildécio, eu não sou membro da Comissão de Infraestrutura, eu sou presidente da Comissão de Educação, Serviços Públicos, Ciência, Tecnologia e Cultura, e sou membro de mais seis comissões nesta Casa, inclusive sou membro-titular da Comissão da Fiol-Porto Sul. Tivemos um problema semelhante, e a presidente Ivana marcou uma audiência e fomos todos os deputados da Comissão e os deputados convidados que quisessem, convidamos também os deputados federais e os senadores que quisessem ir, fomos ao Ibama, fomos ao Ministério dos Transportes, fomos à Valec, fomos ao TCU, fomo, enfim, mexer... Eu sei que essa governabilidade, deputado Hildécio, não é nossa e não tem bandeira partidária, não estamos falando de deputado de um partido ou de outro, estamos falando de um caos social que existe hoje numa região da Bahia. E nós temos que cuidar dessa região porque fomos eleito para isso. Quem paga os nossos salários são as pessoas ,

inclusive essa sete mil pessoas que são desempregadas hoje. Portanto eu coloco , deputado Hildécio, a proposta de irmos também a todas as instâncias, a Comissão completa, os deputados estaduais que topam estar juntos, os deputados federais e os senadores, porque eu sei que o governador Rui Costa já está fazendo isso, como Rangel disse, mas cabe a nós, representantes do povo, chegarmos...

Foi muito bonito quando fomos à presidente do Ibama, comandados pela presidente da Comissão da FIOL, deputada Ivana Bastos, chegamos lá e batemos na mesa como representantes do povo e dissemos que ela tinha que dar a autorização de supressão vegetal para que a obra do Porto Sul fosse iniciada.

Então coloco as duas propostas para irmos juntos a todas as instâncias reclamar, gritar, esperar para que tenhamos a retomada das obras e ajudemos o Consórcio Enseada a retomar, principalmente, essa possibilidade que temos hoje, da Kavazaki, uma empresa de porte internacional, maravilhoso, conseguir repassar esse contrato, como Rangel muito bem colocou aqui.

São duas propostas, deputado Hildécio, e acho que V. Ex^a conduziu tão bem esta sessão especial, poderá conduzir, com a ajuda do deputado Rosemberg Pinto que conhece tudo, ele teria condição, sem dúvida, de pleitear essa audiência na diretoria da Petrobras, porque ele vem de lá, da Petrobras! Então eu não tenho dúvida de que podemos ir uns 10 deputados estaduais, são cinco hoje aqui , mas eu garanto que a gente contagia muitos mais para podermos cobrar de cada deputado que teve, pelo menos, um voto naquela região para se juntar a nós nessa maratona para irmos a Petrobras e a outras instâncias.

É essa a minha proposta, parabéns, deputado Hildécio, parabéns aos deputados aqui presentes. Bom-dia a todos.(Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Hildécio Meireles):- Muito obrigado, deputado Eduardo Sales, suas propostas foram aqui registradas.

Quero esclarecer mais uma vez que a sessão especial se originou na Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo, portanto mais do que provado que é uma sessão sem cor partidária, esse é o nosso propósito , unir forças para que consigamos objetivamente encontrar uma solução o mais rápido possível.

Quero registrar a presença do vereador Neto, de Maragogipe.

Convido o deputado Rosemberg Pinto para usar a palavra.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Bom dia todos, quero saudar o deputado Hildécio Meireles em nome de quem saúdo toda a Mesa, saudar o Plenário na pessoa do meu querido amigo Neto, de Maragogipe.

Ouvi atentamente as intervenções e eu queria debater um pouco a origem desse empreendimento. Para que não discutamos aqui apenas no olhar, e sim que possamos ir para o problema de fato.

Estou muito à vontade porque coordenei o grupo de executivos da Petrobras de

mobilização para o pré-sal. Então, éramos oito executivos na companhia e trabalhamos durante muito tempo, rodamos o Brasil, e aqui a Bahia várias vezes, no sentido de demonstrar a importância do pré-sal, o que representava e as perspectivas de desenvolvimento para o nosso País e daí a retomada da indústria naval, como V.Ex^a colocou aqui, numa concepção do presidente Lula, à época, em que todos os nossos equipamentos seriam contratualizados no exterior e por uma definição do executivo da União, na época, se tornou possível a retomada da nossa indústria naval no Brasil.

Acho que alguns fatores nos traz a esse tema para chegar a situação de crise do Enseada do Paraguaçu. Primeiro, cheguei a cochichar com Humberto, para dizer que o arranjo empresarial feito foi extremamente equivocado do ponto de vista da Sete Brasil, extremamente equivocado para um empreendimento da monta que é a retomada da indústria naval. E é lógico que foi encontrado esse, que sem dúvida alguma é muito difícil qualquer segmento financeiro, principalmente dinheiro dos brasileiros, aportar grana em algo que não tem um ativo. É muito difícil. Não tem sustentação concreta disso.

Acho que o segmento empresarial, o governador Rui Costa, o ex-governador Jaques Wagner estão imbuídos em dar uma solução para essa questão. Várias vezes foi conversado com a presidenta Dilma e com presidente do BNDS, o fundo naval, ou seja, para que se possa encontrar uma saída para esse problema.

Primeiro temos que admitir, e estou à vontade porque fui executivo da Petrobras, que erramos em alguns processos, o segmento empresarial, não é a Petrobras. Não é salvar a Enseada do Paraguaçu, é salvar a Petrobras e salvar a Enseada do Paraguaçu, um está associado ao outro. Não tem nenhuma justificativa, e aí, a cada dia que vejo, meu querido Arandas, alguns posicionamentos com relação à mudança no regramento do pré-sal, diminuir o tamanho da Petrobras, do ponto de vista de uma empresa operadora daquele empreendimento, é quem não quer ver o Enseada do Paraguaçu ter suas obras concluídas. Porque é mudar uma regra que foi concebida para garantir um processo de consolidação desse investimento e da retomada da área industrial na Bahia e no Brasil. Ou seja, acho que não é que parou o Brasil. O Brasil estava parado!

Eu lamento e quero dizer aqui o seguinte: São Roque, meu querido Neto, sofreu por duas vezes: primeira vez com o São Roque do Paraguaçu e agora com o Enseada do Paraguaçu, a população, porque quem conhece o que era aquela comunidade antes do estaleiro sabe como a Petrobras entrou ali pela primeira vez – gerou a mesma coisa que está gerando agora, deputada Maria del Carmen: um alto índice de prostituição; o desmonte das relações sociais em uma comunidade que, na época, tinha 2 mil habitantes, ou menos que isso, no primeiro momento; e transformou aquilo ali numa chegada de homens de todos os lugares do Brasil, e que acabou... Hoje, existem muitos filhos naquela comunidade que sequer conhecem o pai. Eu estou falando de uma relação anterior.

E, agora, nós dispusemos aquela comunidade a uma situação muito parecida,

mas, em minha opinião, obviamente, diferente do ponto de vista do arranjo empresarial que nós fizemos.

E, Humberto, acho que isso deve ser um case de estudo para nós, para que a gente não cometa os erros que cometemos lá.

Recebi representantes de todos os empreendimentos da área naval no Brasil, na Petrobras, quando lá eu estava, numa disputa imensa entre cada agrupamento: um do Rio Grande do Sul, outro de Pernambuco, outro da Bahia, outro do Rio de Janeiro, não sei de onde.

Amigos, ou vocês se arrumam para um empreendimento que tem uma contratualização sazonal ou nós vamos levar a um problema muito grave lá na frente. Foi por isso que São Roque do Paraguaçu ficou parado por um determinado tempo, e depois retomou, numa parceria com Norberto Odebrecht, as atividades, o que concretizou ali até mais de 2 mil empregos, durante 2004 a 2013, graças, inclusive, a uma visão desse governo, daqui, da Bahia, que retomou as atividades ali. Ou seja, não é algo simples.

Eu poderia estar, aqui, fazendo um discurso: tenho que fazer isso, juntar todo mundo... Não, não é algo simples, eu prefiro ser sincero, não é algo fácil, é necessário modificar o arranjo empresarial. Graças a Deus, Humberto me disse que já há uma perspectiva para isso, mudar-se o arranjo empresarial, construir garantias para os investimentos, porque eu mesmo acho difícil. Se eu sou presidente de um banco público, que tem responsabilidade com a sociedade brasileira, como é que vou botar dinheiro em algo que é abstrato? Que responsabilidade vai assumir esse gestor? Então, é lógico, nós temos que pensar isso, nós precisamos discutir.

Espero, torço, e estou junto nessa caminhada, sempre estive. Já é a terceira audiência pública que fazemos aqui. Fizemos uma, precisamos fazer outra e mais outras, mas se a gente não encontrar esse caminho, desse arranjo empresarial que foi feito, a forma como foi distribuído, inclusive, esse formato, de uma forma, na minha opinião, atabalhoada pelo segmento empresarial... todos passam por problemas, porque estamos vivendo um problema maior, estamos diante de uma reorganização do mercado de petróleo no mundo, que é outro problema. E nós estamos com outro problema ainda, que é um problema interno da Petrobras, que faz com que a empresa redefina os seus investimentos.

Eu estou aqui com o novo plano de investimentos da Petrobras, e esse novo plano de investimentos impacta em tudo, inclusive nesse segmento, que tem que ser redefinido, como Humberto colocou aqui. Então, não é algo simples.

Acho que nós todos temos que nos juntar com o objetivo... e temos que concluir, uma obra. Com 82% dela já concluída, precisamos encontrar a saída para resolver o seu término. Mas isso será uma outra briga, uma outra luta, uma outra caminhada, do ponto de vista de tornar esse local algo factível de se ter resultado do ponto de vista empresarial, para gerar os empregos que nós esperamos.

Ou seja, essa foi uma operação casada, e ela deve ser uma operação casada, e deve continuar sendo.

Humberto falou bem em sua apresentação, não é apenas concluir a obra, é concluir a obra e garantir que os serviços sejam executados mesmo sendo readequados a partir do novo plano de investimento e gestão da Petrobras para os próximos 10 anos. Precisamos fazer essa reestruturação.

Quero, aqui, encerrar colocando essa pitada, mais brasa, mais gasolina na fogueira. Não adianta fazer discurso de “vamos juntos, estamos nessa”, é preciso que o segmento empresarial encontre esse novo arranjo para ter a segurança do repasse de recursos e que possa garantir que as obras sejam concluídas; é preciso darmos segurança ao investidor internacional, que deve estar sem saber para onde anda, para que possamos, realmente, a partir disso, concluir a obra e ter uma garantia de que ela terá serventia. Se não tiver isso também, será apenas uma primeira etapa, e ficaremos com um elefante branco, sem perspectiva de dar viabilidade ao que construímos.

Então, queridos amigos, queridos deputados, deputado Hildécio Meireles, parabeno-os pelo debate que estamos fazendo aqui. Acho que precisamos criar um grupo mais imbricado com a Federação das Indústrias, com o governo do Estado, no sentido de ajudar a potencializar esse arranjo. Mas esse é um problema que está muito mais nessa construção que foi base para o financiamento desse empreendimento do que, efetivamente, de uma ação política dos deputados, sejam eles federais ou estaduais. É lógico que é importante estarmos juntos para ajustar essa Sete e as empresas envolvidas, inclusive, nesse problema, que não é o problema maior.

Essa coisa da Lava Jato não é o maior problema. É lógico que é um problema, mas não é o grande problema para o que estamos debatendo. Isso tem um impacto, mas, em minha opinião, é pequeno em relação ao que estamos falando.

Em minha opinião, precisamos encontrar esse novo arranjo empresarial, dar as garantias necessárias para que possamos ter o empreendimento feito, e que a Petrobras possa voltar a ter a importância econômica e política, para que os projetos que foram desenvolvidos sejam mantidos, a fim de darmos garantias de que a conclusão, que execução das obras terá a finalidade para a área do pré-sal dentro da previsão.

As pessoas me conhecem, sou da região, já fui o deputado mais votado na nossa Cidade de Maragogipe, com muito orgulho. Conheço a área; fui da Petrobras, conheço os problemas; participei da construção desse projeto, coloquei minhas opiniões à época, mas, obviamente, foi definido um caminho, e hoje estamos pagando um preço, em minha opinião, pelos erros que cometemos, erros esses que temos de dividir entre dirigentes da Petrobras, segmento empresarial e governo. Como erramos lá atrás, temos de nos juntar agora para encontrar a saída para o problema que construímos.

Muito obrigado. (Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Vou assumir temporariamente a

presidência sem tirar o brilho do nosso presidente Hildécio e passar a palavra para ele, apenas seguindo o rito da nossa Casa. E é melhor, para ficar mais elegante, que ele faça essa intervenção ali do púlpito.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Sr. Presidente, caro deputado Rosemberg Pinto, eu não estava programado para vir a esta tribuna, mas me senti na obrigação de vir para fazer algumas ponderações que eu não poderia fazer da presidência.

Quero apenas discordar de determinadas colocações que por V.Ex^a aqui foram feitas no que diz respeito à força política.

Imagino, percebo que no Brasil, como em qualquer outro país do mundo, a força política é extremamente necessária para se buscar soluções frente aos problemas que o país passa, o Estado passa, mesmo que esses problemas, muitas vezes, não digam respeito exclusivamente ou especificamente às questões públicas, às questões governamentais. Muito mais ainda se há o intermédio, vamos dizer assim, um misto entre o público e o privado como parece que é a questão do Enseada do Paraguaçu.

Portanto, conhecemos e sabemos da sua experiência, sabemos da sua força política no governo do Estado, sabemos da sua força política, inclusive, junto a Petrobras pela sua larga experiência como petroleiro que é, além de ser deputado, e por isso entendemos que deveremos insistir em reunir as forças políticas da Bahia, os prefeitos, os vereadores dos municípios afetados, os deputados estaduais e federais, os senadores, o governador do Estado, o governo do Estado de um modo geral, para que possamos continuar com a esperança, pelo menos, de revermos aquela fabulosa obra social, econômica, comercial, política, que é o estaleiro Enseada do Paraguaçu, podermos presenciar ele ferver, transbordar, estralar os seus equipamentos, seja na manutenção de ferramentas e equipamentos da indústria naval, seja na construção das próprias sondas que servirão à exploração do pré-sal.

Mas uma coisa, meu caro deputado Rosemberg, presidente neste momento, chamou a minha atenção foi quando V.Ex^a disse que houve, parece-me, um engano na concepção empresarial. Parece-me que V.Ex^a se referia à instituição da Sete Brasil, se eu não me engano. Concordo plenamente. Se não foi, perdoe-me.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Eu disse o seguinte, que houve um arranjo empresarial equivocado, que poderia ser sete, oito, seis, um, não tem nada a ver com a empresa. É que o seguimento empresarial no formato que foi feito para buscar o financiamento junto ao BNDES e junto ao Banco do Brasil, junto ao dinheiro da Marinha Mercante, ou seja, para isso, ao invés de criar um formato de investimento direto com garantias por parte dos empreendedores, a garantia passa a ser dessa empresa – esse é o grande problema que nós estamos enfrentando –, algo que não tem um ativo. Uma coisa é eu fazer um empréstimo para a Odebrecht, para a UTC, para Kawasaki e tal que têm um ativo, que têm uma base para a garantia do empréstimo, outra coisa é eu fazer um empréstimo e o dinheiro ir para uma instituição que ela vai contratualizar, eu coloco dinheiro para ela contratualizar. Essa empresa construída não tem garantia suficiente, esse é o grande problema.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Essa é era a Sete Brasil.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Mas isso foi um arranjo dos empresários, do governo, da política. Por isso, estou dizendo, se nós erramos lá, não posso aqui dizer que o erro foi de João ou de Antônio, foi nosso. Então, temos que juntos encontramos uma solução para esse problema, foi nesse sentido.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Entendi e quero concordar com a sua opinião nesse aspecto. Não consegui entender de fato a necessidade da criação dessa empresa que não tem fundo para ir buscar o financiamento.

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- O nível de endividamento das empresas, ou seja, para garantir, isso, na realidade, foi para ajudar o segmento empresarial, para ajudar as empresas que foi construído isso. Como é um investimento muito forte, consolidado e tal, e temos poucas empresas no Brasil, que é um outro equívoco, na minha opinião, poucas empresas com capacidade para esse investimento, as empresas são as mesmas.

Por isso, estamos com um problema sério no Brasil, que foi um erro, na minha opinião, não demos oportunidade de novas empresas crescerem. Aqui faço críticas inclusive ao meu governo porque mantivemos as mesmas empresas, ou seja, sai governo, entra governo e mantivemos as mesmas empresas. Não se criou uma nova elite empresarial no Brasil, mantém-se a mesma elite empresarial e tudo, de atracação de navio à construção de boeing, são as mesmas empresas. É lógico que há uma dificuldade também porque como elas estão em todas, como é que você vai ter garantia para tudo em nível de endividamento? Encontrou-se para ajudar essas empresas esse formato, essa arrumação que, na minha opinião, é um erro de todos nós. O segmento empresarial vai se rearrumar porque o segmento empresarial brasileiro é inteligente, pujante e sabe que nesse momento precisamos encontrar uma saída para que não cometamos mais erros nesse formato.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Quero, repetir, deputado Rosemberg Pinto, que concordo com a sua opinião, de fato não me pareceu ter sentido esse modelo, esse arranjo, como V.Ex^a falou aqui há pouco, na concepção da construção do sistema empresarial para buscar o financiamento.

Parece-me, para concluir, posso voltar a falar, que o erro é originário. Não estamos aqui procurando onde colocar os pontos nos is. Sou testemunha que V.Ex^a também é crítico de seu próprio governo, não queremos entrar nesse mérito de buscar quem é o culpado.

O propósito desta sessão de fato foi e é encontrarmos caminho e repito aqui para todos vocês, entendo e vou continuar entendendo que nós, políticos, vereadores, prefeitos, deputados estadual, federais, senadores, governador, a própria presidente da República é que temos a responsabilidade de encontrar esses caminhos e devolver não só aqui na Bahia, e me parece que o problema não é só aqui na Bahia. O problema está no país afora, temos estaleiros no Rio Grande do Sul, em Pernambuco, me parece que no Rio de Janeiro, o problema é muito maior do que pensamos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Hildécio Meireles):- Antes de passar a palavra a Sr^a Enéas Rangel, representante da prefeita de Maragogipe, passo a palavra, primeiro, para uma observação do Dr. Humberto Rangel.

O Sr. Humberto Rangel:- É só para fazer uma consideração em torno do que comentou o deputado Rosemberg Pinto. Na verdade, é preciso esclarecer aos investidores que a Sete Brasil é uma empresa privada, embora seja uma empresa privada com uma concepção peculiar. Ela foi, evidentemente, concebida dentro do governo e com a participação majoritária da iniciativa privada.

A consideração que faço é a seguinte: os acionistas privados da Sete Brasil são diferentes dos acionistas privados, que são todos, do Enseada e da maioria dos estaleiros que aqui estão. O que é a Sete Brasil na minha concepção? A Sete Brasil é uma Localiza, é uma locadora de equipamentos. O que está na base da concepção da Sete Brasil? Está na base da concepção da Sete Brasil receitas futuras advindas da locação dos equipamentos que ela iria produzir, e que seriam pagas pela Petrobras.

Com base nesse fluxo de caixa futuro, a empresa se financiaria, levantaria financiamentos de longo prazo, que nunca chegaram, e que levaram ela a uma situação de dificuldade. Concordo com o deputado que essa concepção foi ousada, principalmente, pela escala. Nós estamos falando de cada equipamento, são US\$800 milhões, vezes vinte e oito, isso dá um montante de US\$ 30 bilhões, alguma coisa assim, número que não sei nem pronunciar.

Então, na medida em que essa empresa rodou durante dois anos sem o suporte de financiamentos de longo prazo, ela acabou descasando os fluxos e os volumes de juros que tinha a pagar. Mas, concordo que o setor empresarial está comprometido, na medida em que houve confiança nisso. E este sistema era ousado mesmo, era um sistema para dar um salto tecnológico, como eu comentei, aqui, o que se queria era que esses equipamentos fossem feitos, majoritariamente, no Brasil, e se encontrou esse modelo.

Agora, os acionistas da Sete Brasil são Santander, Bradesco, BTG, são fundos de pensão e os outros são diferentes. Então, a decisão empresarial, sim, está comprometida por uma palavra, que eu acho que é uma palavra que está permeando toda atividade econômica do Brasil, não pela sua existência, mas pela sua falta, que é confiança. Nós, os investidores do estaleiro, tivemos confiança nesse arranjo e mergulhamos na piscina antes de que eles pudessem cumprir com o seu programa.

Acho que, agora, realmente, como disse muito bem o deputado Hildécio, não se trata de dizer que esse é culpado ou aquele é culpado, temos que trabalhar juntos para encontramos uma solução. Mas é importante fazer essa diferenciação, os agente econômicos que estão numa ponta não são os mesmos que estão na outra ponta.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Hildécio Meireles):- Com a palavra a Sr^a Enéas Rangel, representante da prefeita de Maragogipe.

A Sr^a ENÉAS RANGEL:- Bom-dia a todos. Quero cumprimentar a Mesa em nome do deputado Hildécio Meireles, que foi o mentor desta Assembleia. Estou aqui representando a nossa prefeita, Vera Lúcia, e percebemos nas falas essa transferência de culpa pelo empreendimento que não está acontecendo, com vigor, na cidade de Maragogipe.

Mas quero dizer a vocês que a nossa prefeita está sensível à causa, porque nós estamos sentindo na pele a paralisação do estaleiro. Ontem, mesmo, estive lá em São Roque do Paraguaçu. Nós estamos sempre ouvindo as pessoas angustiadas, pois perderam seus trabalhos, fizeram investimentos e hoje se encontram sem perspectivas.

Quero dizer para vocês que, com o investimento que chegou no município, cresceram, também, as demandas, o número de alunos aumentou, os números de investimentos na saúde e em diversas áreas também. Com o crescimento chegaram também as demandas. Queremos dizer aos deputados e deputadas aqui presentes que chegou o momento da união e não da transferência de responsabilidade, porque sabemos que, quando ocorrem os investimentos, quando a cidade desenvolve, a região desenvolve, o nosso Estado se desenvolve. É ganho para todos.

Então, a prefeita Vera está sensível à causa, tem buscado, também, pessoas que possam ajudar para que o estaleiro volte, porque a demanda é muito grande, há muitas pessoas desempregadas, o comércio está parado. Mas esperamos que juntos consigamos ter uma solução.

Deixo aqui essa fala da prefeita. Ela não pôde estar aqui, porque está em uma audiência pública que já foi remarcada três vezes. Mas deixo um abraço da prefeita e muito obrigado a todos! (Palmas.)

O Sr. PRESIDENTE (Hildécio Meireles): - Bem, antes de promovermos a conclusão da presente sessão, vou ler um documento que foi previamente elaborado e que será colocado à apreciação da Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo, como também inserida no Plenário desta Casa para, aí então, sendo aprovada, darmos o devido encaminhamento.

(Lê:) “Carta da Bahia pela retomada das obras de implantação do estaleiro da Enseada Indústria Naval e de fabricação das sondas de perfuração para exploração do pré-sal.

A presente Carta, que vai assinada por todos os deputados estaduais desta Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, nasceu como resultado da Sessão Especial proposta pelo Deputado Hildécio Meireles, o qual preside a Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo, realizado na manhã do dia 24 de setembro de 2015. Intitulada 'Os investimentos da Petrobras programados para a Bahia nos próximos anos e a paralisação das obras do estaleiro da Enseada do

Paraguaçu'.

A referida sessão debateu a performance dos investimentos da Petrobras no Estado da Bahia nos próximos anos, bem como a atual situação de paralisação das obras do estaleiro baiano, fato este ocorrido a partir de novembro de 2014, quando seu principal cliente, a Sete Brasil, deixou de honrar com suas obrigações financeiras, o que impactou diretamente milhares de baianos que encontraram no estaleiro oportunidades de desenvolvimento e qualificação profissional nunca antes experimentadas na região.

Apesar de todo esforço já realizado por diversos órgãos públicos e da sociedade, a situação não foi resolvida e o resultado é a estagnação da atividade industrial na região, e o pior, a eliminação de milhares de empregos e a frustração de toda uma comunidade que investiu as suas economias em atividades comerciais que hoje estão falidas.

A Assembleia Legislativa da Bahia, casa criada com o princípio maior de defender o cidadão baiano, com esta Carta, assume o seu compromisso de lutar pela continuidade das obras de implantação do estaleiro baiano, a fim de que o mesmo continue com a fabricação dos navios sondas de perfuração para exploração do pré-sal, os quais lhe foram inicialmente comentados.

Destacamos que, para que seja possível a retomada dos trabalhos do Estaleiro, é imprescindível que o Governo Federal, especialmente através do Ministério de Minas e Energia (MME), da Petrobras, do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, lidere este processo de governança, e haja com a celeridade necessária para dar andamento aos pleitos abaixo descritos, quais sejam:

1. Confirmação das encomendas (sondas de perfuração) destinadas ao estaleiro Enseada, assim como a formalização do plano de reestruturação entre a Petrobras e a Sete Brasil;

2. Empenho e colaboração no sentido de fazer com que a Sete Brasil realize a quitação das faturas em aberto de serviços já executados pelo Estaleiro, os quais já foram medidos e auditados pela própria Sete, e que totalizam cerca de 1.200.000.000,00 (um bilhão e duzentos milhões de reais);

3. Apoiar para proceder com a liberação da 2ª parcela do financiamento já aprovado junto ao Fundo da Marinha Mercante (FMM) para o Estaleiro Enseada;

4. Readequação do cronograma de entregas das sondas, como novos prazos que estejam compatíveis com os atrasos incorridos nas atividades do Estaleiro, devido ao não pagamento das atividades realizadas;

5. Estímulo ao engajamento nos planos alternativos de investimentos das sondas.

Acreditamos que com a ação do Governo Federal, tais pontos acima serão superados, e retomada das atividades trará a região novamente o cenário de progresso econômico experimentado pelos baianos quando do início das atividades do Estaleiro.

Com esta Carta, a Assembleia Legislativa da Bahia quer impedir que a

indústria naval baiana regida após o desenvolvimento econômico e social conquistado nestes três últimos anos.

Palácio Deputado Luís Eduardo Magalhães,
Salvador, BA, 24 de Setembro de 2015.”

Levaremos então à apreciação da Comissão e do Plenário.

Neste momento ouviremos o Hino da Bahia.

(Não Foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Hildécio Meireles):- Convido todos a ficarem de pé, para ouvirmos o Hino da Bahia.

(Apresentação do Hino da Bahia)

O Sr. PRESIDENTE (Hildécio Meireles):- Em nome do Poder Legislativo, agradeço a presença das senhoras, dos senhores, das Sr^{as} e Srs Deputados e declaro encerrada a presente sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/sessoes-plenarias.php>. Acesse e leia-as na íntegra.